

## Estado do conhecimento da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017

*State of knowledge of high school reform, law 13.415/2017*

**Recebido:** 25/07/2022 | **Revisado:** 09/08/2022 | **Aceito:** 25/08/2022 | **Publicado:** 02/09/2022

**Juvania dos Santos Borges da Silva**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1298-6618>  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN  
E-mail: [juvaniaborges@outlook.com](mailto:juvaniaborges@outlook.com)

**Maria Aparecida dos Santos Ferreira**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-8916>  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN  
E-mail: [maria.santos@ifrn.edu.br](mailto:maria.santos@ifrn.edu.br)

**Como citar:** SILVA, J. S. B.; FERREIRA, M. A. S.; Estado do conhecimento da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 22, p. 1-18, e13966, Set. 2022. ISSN 2447-1801.



Este trabalho é licenciado sob um [Creative Commons Atribuição 4.0 Licença Não Relatada](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

Este artigo teve por objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre as produções científicas que tratam da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017. Para a realização deste estudo foram selecionados artigos científicos publicados em duas bases de dados, a SCIELO e o Portal de Periódicos CAPES, no período de 24 a 26 de maio de 2021. Os resultados revelaram a preocupação dos autores em discutir no campo científico questões relacionadas ao novo Ensino Médio, numa perspectiva de questionar sobre sua efetividade e o que a reforma propõe diante de tantos problemas que essa etapa da Educação Básica enfrenta há tantos anos. Os autores também tecem críticas aos interesses políticos e econômicos contemplados nessa política pública e avaliam as disputas ideológicas presentes na Lei 13.415/2017.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Lei 13.415/2017; Produção Científica.

### Abstract

This article aimed to present a state of knowledge about scientific productions dealing with the Reform of High School Law 13.415/2017. For this study, scientific articles published in two databases were selected, SCIELO and the CAPES Journal Portal from May 24 to 26, 2021. The results revealed the authors' concern to discuss in the scientific field issues related to the new High School, in a perspective of questioning its effectiveness and what the reform proposes in the face of so many problems that this stage of Basic Education, has faced for so many years. The authors also criticize the political and economic interests contemplated in this public policy and evaluate the ideological disputes present in Law 13.415/2017.

**Keywords:** High School Reform; Law 13.415/2017; Scientific Production.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo originou-se a partir de um resumo expandido, anteriormente aprovado e apresentado no VI Colóquio Nacional e III Colóquio internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional: em defesa do projeto de formação humana integral e no I Simpósio Franco-brasileiro de Educação Profissional, organizados pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), realizado em novembro de 2021 de forma virtual.

Dessa forma, este estudo teve por objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre as produções científicas que tratam da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017. Portanto, a opção da temática em questão resultou do objeto de estudo da pesquisa de mestrado da autora, sob orientação da coautora, as quais pesquisam sobre a atual reforma do Ensino Médio.

Para a realização desse trabalho foram selecionados artigos científicos publicados em duas bases de dados, a SCIELO<sup>1</sup> e o Portal de Periódicos CAPES<sup>2</sup>. Essas bases de dados foram escolhidas em função da abrangência de produções científicas nesses acervos. Os artigos foram selecionados por meio da utilização dos descritores “Reforma do Ensino Médio” e “Lei 13.415/2017”. Para o recorte temporal foram selecionadas as produções a partir de 2017, ano de criação da referida Lei.

É importante salientar que atualmente é cada vez mais comum no meio acadêmico que pesquisadores explorem determinadas produções científicas visando uma melhor compreensão sobre os seus objetos de estudo, bem como ter um diagnóstico de como estão sendo abordadas as temáticas relacionadas ao seu campo de interesse. Essa busca tem como finalidade averiguar como os pesquisadores estão problematizando essa temática, quais os caminhos metodológicos percorridos para atingir os objetivos propostos pelas pesquisas e quais foram os resultados alcançados.

Nesta perspectiva, a consulta, a sistematização e a análise do que foi produzido no seu campo disciplinar, em especial no país do pesquisador, são importantes para fundamentar o que será produzido numa tese ou dissertação qualificada. (MOROSINI, 2015, p. 102).

Nessa direção, o estado do conhecimento se torna uma investigação relevante para a sistematização dessas produções no campo científico tendo como objetivo um aprofundamento das questões relativas ao objeto de estudo do pesquisador. Para Morosini (2015, p. 102), o estado do conhecimento pode ser definido como “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção

---

<sup>1</sup> A SCIELO é uma base de dados de referências para artigos publicados em mais de 1.000 periódicos de acesso aberto, publicados em 12 países (SCIELO, 2021).

<sup>2</sup> O Portal de Periódicos CAPES é uma base de dados virtual que conta com um acervo de mais de 45.000 títulos e textos completos e demais fontes bibliográficas, sendo referência como base de dados nacional (CAPES, 2021).

científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

A definição do tema para a realização da pesquisa do tipo estado do conhecimento é um dos pontos fundamentais para que assim se torne viável avaliar a sua relevância no campo científico (MOROSINI; FERNANDES, 2014). Portanto, a presente pesquisa tem como temática a reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica brasileira e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme está descrito no art. 2º da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No cenário educacional brasileiro, o Ensino Médio tem sido motivo de grandes discussões desde o surgimento da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, e as proposições relativas à reforma curricular dessa etapa da educação básica. Tais pontos tiveram mais notoriedade com a promulgação da Lei 13.415, instituída no governo do ex-presidente Michel Temer, em 2017.

A atual reforma do Ensino Médio, estabelecida com a criação da Lei nº 13.415/2017, altera a LDB, Lei nº 9.394/1996, mais precisamente no tocante à carga horária e à inclusão de componentes curriculares obrigatórios, e a Lei nº 11.494/2007, Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), no que se refere ao acompanhamento, controle e análise de prestações de contas dos recursos repassados no âmbito dessa legislação. A Lei 13.415/17 também extingue a Lei nº 11.161/05, que se referia ao ensino da língua espanhola, e institui a política de implementação das escolas de Ensino Médio em tempo integral.

Em função dessas modificações, o país apresenta atualmente sérios desafios no que diz respeito ao Ensino Médio. Apesar da atual reforma ter sido instituída no governo Temer, ainda não existem ações plenamente efetivas desta Lei nas redes estaduais do país, fato que se agravou com a pandemia do novo coronavírus e a suspensão das aulas presenciais nas instituições públicas de ensino praticamente durante todo o ano de 2020 e parte do ano de 2021.

Além disso, o governo do atual presidente, Jair Bolsonaro, segue sem a realização de amplos debates em busca de consenso. Dessa forma, sobressai-se uma perspectiva autoritária de efetivação de política pública que reduz de forma significativa as chances de sucesso de qualquer iniciativa na educação (NACIF; FILHO, 2019).

Portanto, diante desse novo cenário educacional que traz modificações ao Ensino Médio Brasileiro, considerando ser esta a última etapa da Educação básica, momento de exigências com o futuro dos jovens do país, o problema investigativo desse estudo parte da seguinte questão: O que pesquisadores da área educacional estão publicando sobre a reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017? Isso se faz necessário para que haja uma compreensão de como os estudiosos estão enxergando a reforma, quais as temáticas mais evidenciadas, que conceitos são elucidados, quais as questões levantadas diante das tensões e complexidades impostas pela Lei em questão.

Para o objetivo proposto a este trabalho, o escopo deste artigo está dividido em cinco partes, a partir desta introdução. Na segunda parte, é apresentada uma explanação sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil, situando-se o contexto no qual ela foi inserida. Na terceira, é mostrado o percurso metodológico, descrevendo as etapas desse estado do conhecimento. Já na quarta, são apresentados os resultados da pesquisa. As considerações finais são exibidas na quinta parte.

## 2 O CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO LEI 13.415/2017

No cenário educacional brasileiro, como já mencionado, a instituição da Lei 13.415/2017, por meio de Medida Provisória, causou controvérsia pela forma como foi “imposta”, sem um amplo e necessário debate. Fato esse que acarretou descontentamento por parte de estudiosos, pesquisadores, alunos e profissionais da educação. De acordo com Cardoso e Nunes (2018, p. 169), “a Medida Provisória nº 746/2016, de modo autoritário, altera toda a estrutura do ensino médio no país, sem debate com os educadores, educadoras, estudantes e tampouco com a sociedade em geral”. Desse modo, por meio da imposição e sem nenhuma chance de contestação por parte da sociedade e da classe educacional, foi instituído o Novo Ensino Médio brasileiro.

Segundo Pinheiro (2017), nessa reforma são retomados os aspectos da discussão presente no Projeto de Lei 6.840/2013 que tratava de debates em torno da reformulação do Ensino Médio, iniciados no ano de 2012, no âmbito da Câmara dos Deputados via Comissão Especial, destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI). A autora ainda explica que essa comissão buscou incluir na LDB a jornada em tempo integral no Ensino Médio, modificando a organização dos currículos dessa etapa da Educação Básica por áreas do conhecimento, entre outras proposições consequentes (PINHEIRO, 2017).

Desse modo, a atual reforma do Ensino Médio se divide em duas grandes pautas: a flexibilização do currículo do Ensino Médio e a implementação de escolas em tempo integral. Para Araujo (2019, p. 71), “a reforma em curso em nome da educação integral promove a fragmentação e o fatiamento do Ensino Médio”. É importante ressaltar que a flexibilização do currículo causou controvérsias especialmente no que se refere aos itinerários formativos.

Estes itinerários são compostos por cinco grandes áreas de conhecimento: Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional (BRASIL, 2017). Segundo a Lei 13.415/2017, os estudantes podem escolher o itinerário formativo de sua preferência de acordo com a área que possuem maior afinidade, porém a oferta será conforme a organização escolar de cada rede estadual, já que fica a critério das instituições decidir quais itinerários poderão ofertar.

Com o argumento de tornar o ensino médio mais flexível e atraente para os estudantes, a reforma reduz o conteúdo a ser ensinado e torna obrigatórias apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e inglês. Desta forma, todas as demais disciplinas são agrupadas por áreas e ofertadas em caráter opcional, de acordo com o itinerário formativo ofertado pelo sistema educacional no qual o estudante está inserido.

Com a instituição da Lei 13.415/2017, a Educação Profissional Científica e Tecnológica passa a ser considerada como um itinerário formativo, cuja nomenclatura passa a ser denominada de Formação Técnica e Profissional (FTP). Sobre esse itinerário, a Lei ainda apresenta aspectos inquietantes no que se refere ao aligeiramento da formação ofertada, como apresenta o § 6º do artigo 4º:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2017).

Na ótica de Araújo (2019), a reforma atual se configura como uma visão minimalista de educação que se revela sobretudo nas definições desse itinerário que prevê uma formação profissional rasteira, capaz de preparar apenas para as atividades laborais simples, pois pressupõe uma formação desvinculada da escolarização e não prevê investimentos em educação profissional. Nesse sentido, a referida reforma causou grande preocupação à comunidade educacional, pelos efeitos irreparáveis à educação profissional, pois a coloca apenas enquanto uma preparação ao trabalho simples, desconsiderando a educação humana e integral.

Fato esse que se movimenta em direção oposta à defesa da formação comum a todos os jovens, como preconiza a LDB, tendo essa educação comum, pressupondo uma educação na sua totalidade, com um currículo do Ensino Médio rico, variado, garantindo o acesso à ciência e à cultura, “fornecendo bases sólidas para a formação do cidadão pleno, capaz de trabalhar e de viver dignamente na sociedade contemporânea” (ARAUJO, 2019, p. 73).

Ainda de acordo com a Lei 13.415/2017, fica a critério de cada escola selecionar os itinerários que irão oferecer. Isso nos leva a refletir sobre a seguinte questão com relação à oferta do itinerário da Formação Técnica Profissional: Quais as condições reais das escolas públicas estaduais brasileiras para ofertarem esse itinerário? Sabemos que a maioria dessas escolas não possui condições materiais e de infraestrutura, nem disponibilidade de profissionais para dar conta dessa oferta (GOLÇAVES, 2017).

A respeito disso, do ponto de vista de Gonçalves (2017), o governo, aproveitando-se de tais condições, abriu a possibilidade de parcerias com o setor privado para a oferta do itinerário da FTP, alterando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Ainda para este autor, tal fato provocou grande comemoração por parte da iniciativa privada, como o Sistema S, por exemplo, conforme indica o título da matéria publicada no site Portal da Indústria, que diz: “Inclusão da educação profissional é a maior conquista da reforma do ensino médio, diz diretor geral do SENAI (2016)” (GONÇALVES, 2017, p. 131).



Dessa forma, a referida Lei deixa expressa a viabilidade das parcerias com o setor privado para a oferta do itinerário V, gerando evidente satisfação por parte da classe empresarial que vê a reforma como uma oportunidade de negócios, uma vez que pode se beneficiar com a transferência do dinheiro público para prestação de serviços educacionais.

Na atual conjuntura política, vivemos sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportunidades de negócio. Assim, a lógica do mercado se insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança. E a partir desses interesses se operacionaliza a Reforma do Ensino Médio. (GONÇALVES, 2017, p.140).

Os interesses por trás dessas parcerias estão articulados com a lógica produtivista e mercadológica, que visam aos benefícios da transferência de recursos públicos por meio da terceirização de um serviço que deveria ser ofertado integralmente e com qualidade pelas redes públicas de educação.

Os defensores da reforma afirmam que ela tornará o Ensino Médio mais atrativo, por meio da flexibilidade. Mas isso revela dois equívocos na visão de Araujo (2019): o primeiro é que a flexibilidade não é para os alunos, pois são as instituições de ensino que escolhem os itinerários a serem ofertados, o segundo é que eles colocam a possibilidade de transformar a realidade escolar brasileira a partir de uma reforma curricular, sendo esta determinante para melhora na qualidade da educação pública no país.

Uma das principais justificativas da reforma é desenvolver mecanismo que contribua para melhorar o nível de aprendizagem e elevar os índices de desempenho dos estudantes especialmente no que concerne às disciplinas de língua portuguesa e matemática, considerando os resultados das avaliações institucionais que, além de impactar nos índices de aprovação, reprovação e abandono, interferem fortemente nas avaliações de larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No entanto, “aumentar o peso das disciplinas que repercutem nesses testes tem como consequência a redução do tempo para as disciplinas que colaboram com o pensamento crítico” (SANTOS; AZEVEDO, 2018, p. 86).

Nessa direção, as avaliações de larga escala vêm se constituindo ao longo das últimas décadas como instrumentos muito mais de construção de políticas de austeridade e de contrarreformas do que enquanto instrumento de avaliação educacional (SANTOS; AZEVEDO, 2018). Ou seja, há outros interesses envolvidos nessas avaliações que vão além da mensuração da qualidade da educação brasileira.

É sabido que ao longo do percurso do Ensino Médio muitos jovens da classe trabalhadora abandonam os estudos porque precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar. Uma grande parcela dos estudantes que concluem a última etapa da Educação Básica não consegue ingressar no ensino superior devido a vários fatores, dentre eles o despreparo, seja pela qualidade do ensino ofertado ou pela falta de interesse e motivação ou até mesmo porque precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Desta forma, “ao propor uma amarra entre currículo e trajetória juvenil, a

reforma limita o potencial da escola em produzir oportunidades educacionais, [...] cerceando as expectativas de futuros dos jovens” (ARAUJO, 2019, p. 73).

Todas essas considerações nos levam a refletir sobre as mudanças que serão ocasionadas devido à implantação da Lei 13.415/2017. Portanto, é importante considerar quais os principais pontos que estão sendo tratados sob a ótica dos pesquisadores do país.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente estudo corresponde a uma análise bibliográfica do tipo estado do conhecimento. Esse tipo de pesquisa permite o mapeamento e análise das produções científicas de um determinado tema e contribui para que o pesquisador tome conhecimento dos estudos que estão sendo realizados, relacionados ao seu objeto de estudo. Dessa forma, esse tipo de estudo é considerado, portanto, como um “consistente instrumento de conhecimento, não somente para quem o concretiza, mas também para quem o utiliza para se aprofundar nos trabalhos sobre o objeto de estudo proposto”. (FERNANDES; D’ÁVILA, 2016, p. 184).

Assim, a análise desse estudo se torna essencial para que se possa ter uma melhor noção a respeito do cenário em que se encontram as pesquisas sobre essa temática e em quais períodos elas foram mais evidenciadas, “bem como desvendar suas características e foco, além de identificar as contribuições e avanços encontrados pelas/os autoras/es e de divulgar e conferir maior visibilidade às produções existentes”. (MÜLLER, 2015, p. 166).

A respeito da pesquisa bibliográfica, Severino (2002, p. 131) a define como sendo “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, livros, artigos, teses etc.[...]. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”.

A realização deste estado do conhecimento ocorreu em algumas etapas. Primeiro foi realizada a coleta dos artigos em bases de dados específicas de forma virtual, em seguida foi feita a sistematização do material por meio da análise dos títulos, palavras-chave e resumos. Na sequência foi realizada a categorização das produções de acordo com a temática abordada e por fim foi feita a análise dos trabalhos de acordo com as categorias.

O levantamento do material bibliográfico coletado foi feito em duas bases de dados: Portal de Periódicos CAPES e SCIELO. Optamos por essas duas bases devido à relevância das pesquisas que são publicadas, sobretudo as relacionadas à educação brasileira. A busca ocorreu no período de 24 a 26 de maio de 2021, usando os descritores “Reforma do Ensino Médio” e “Lei 13.415/2017”. Os descritores foram escritos no campo assunto, com aspas duplas, e a busca foi filtrada por tipo de produção artigo científico, periódicos revisados por pares e o idioma português. O recorte temporal foi de 2017 a 2021, esse critério foi utilizado levando em consideração o ano de criação da Lei em questão.

Nessa busca foram encontrados 10 (dez) artigos científicos no Portal de Periódicos e 11 (onze) na SCIELO. Após essa busca, foram descartados 3 (três) trabalhos por estarem se repetindo nas duas bases de dados, totalizando assim um

resultado de 18 (dezoito) produções selecionadas para compor o *corpus*<sup>3</sup> deste trabalho.

Para a organização e sistematização dos artigos selecionados tomamos como referência a Análise de Conteúdo que é definida por Bardin (1977, p. 31), como sendo um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, quantitativos ou não que aposta no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade do seu objeto [...]”.

Dessa forma, foi feita a leitura flutuante<sup>4</sup> dos principais aspectos dos estudos encontrados com o objetivo de construir um quadro com os dados obtidos. Neste quadro foram colocadas informações, tais como a base de dados em que se encontra o artigo, o ano da publicação, autoria, título, palavras-chave, resumo e a citação do(a) autor(a). Posteriormente, foi feito um outro quadro contendo o objetivo, a metodologia e os resultados. Esse último processo foi realizado no intento de um maior aprofundamento sobre os objetivos e os resultados alcançados nas pesquisas. Por último, foi feita a categorização<sup>5</sup> das produções de acordo com as temáticas.

#### 4 ACHADOS DA PESQUISA

Inicialmente apresentamos o Quadro 1, com os títulos dos artigos científicos encontrados nas bases de dados, seguidos do ano e autor(a). Em seguida, apresentamos a categorização das produções por temáticas aproximadas a partir dos dados convergentes, para então realizarmos a análise de cada artigo de acordo com sua categoria.

**Quadro 1:** Produções que abordam a Reforma do Ensino Médio Lei 13.415/2017

Base de dados	Título	Autor(a)/ano
Base SCIELO	Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017)	(MOTTA; FRIGOTTO, 2017)
Base SCIELO	Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de acumulação flexível	(KUENZER, 2017)
Portal de periódicos CAPES	A reforma do Ensino Médio como submissão aos arranjos produtivos locais: Uma perspectiva a partir do IFSP de São Roque	(OLIVEIRA, 2017)
Portal de periódicos CAPES	A trajetória do PRONATEC e a reforma do Ensino Médio: algumas relações com a política de educação Profissional mundial	(SILVA; MOURA; SOUZA, 2018)
Portal de periódicos CAPES	A formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio na Gerência Regional de Educação de Chapecó, SC	(MORESCHO; DELIZOICOV, 2018)

<sup>3</sup> O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 1977, p. 90).

<sup>4</sup> A primeira atividade que consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 96).

<sup>5</sup> “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117).



Portal de periódicos CAPES	A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação	(FERRETTI, 2018)
Base SCIELO	A reforma do Ensino Médio do governo Temer: Corrosão do direito à educação no Contexto de crise do capital no Brasil	(LIMA; MACIEL, 2018)
Base SCIELO	A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O Resgate de um empoderado discurso	(SILVA, 2018)
Portal de periódicos CAPES	O novo Ensino Médio de tempo integral: reducionismo, Privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo	(BARBOSA, 2019)
Base SCIELO	Política e significantes vazios: uma análise da reforma do ensino médio de 2017	(CORTI, 2019)
Portal de periódicos CAPES	Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do Ensino Médio	(FERRETTI; SILVA, 2019)
Portal de periódicos CAPES	A reforma do Ensino Médio em questão: Entre falácias e desafios	(FURTADO, 2020)
Portal de periódicos CAPES	A Lei nº 13.415 e as alterações na Carga horária e no currículo do Ensino Médio	(HERNANDES, 2020)
Portal de periódicos CAPES	Sociologia Pública e o ensino de sociologia: reflexões sobre o contexto pós-reforma do ensino médio.	(LIMA, 2020)
Base SCIELO	A tríade da reforma do Ensino Médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM	(KOEPEL; GARCIA; CZERNISZ, 2020)
Base SCIELO	Sistema educacional e a formação de trabalhadores: A desqualificação do Ensino Médio Flexível	(KUENZER, 2020)
Base SCIELO	Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma Política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil	(LOTTA; BAUER; JOBIM; MERCHÁN, 2021)
Base SCIELO	Netnografia da reforma curricular do Ensino Médio brasileiro	(NAZÁRIO; SANTOS; NETO, 2021)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

A partir dos dados expostos no Quadro 1 é possível aferir que no ano de 2017 houve 3 (três) publicações relacionadas à reforma do Ensino Médio, em 2018 foram publicados 5 (cinco) artigos científicos, no ano de 2019 somente 3 (três) foram publicados, no ano de 2020 foram 5 (cinco) e no ano de 2021, até o momento da realização dessa pesquisa, só havia 2 (duas) publicações. Isso demonstra uma oscilação no que se refere ao número de publicações por ano.

No que se refere à quantidade de publicações por autores, observamos que os autores com maior número de artigos publicados sobre a atual reforma do Ensino Médio foram Acácia Kuenzer (2017-2018), Celso Ferretti (2018-2019) e Mônica Ribeiro da Silva (2018-2019), todos com duas publicações e os demais aparecem apenas com uma.

Por meio da categorização realizada, fizemos a classificação dos recortes temáticos tendo como base a discussão central de cada texto para facilitar a análise das produções e, com esses dados, elaboramos o Quadro 2. As categorias criadas foram 9 (nove), distribuídas da seguinte forma: Política Pública, Currículo,

Acumulação Flexível, BNCC, Educação e trabalho, Educação Profissional, Formação de Professores, Ensino Médio Integrado e Ciberespaço.

**Quadro 2:** Agrupamento das Produções por Temas

TEMAS	SCIELO	CAPES	TOTAL DE PRODUÇÕES
Política pública	2	2	4
Currículo	1	2	3
Acumulação flexível	2	1	3
BNCC	2	0	2
Educação e trabalho	1	1	2
Educação profissional	0	1	1
Formação continuada de professores	0	1	1
Ensino médio integrado	0	1	1
Ciberespaço	1	0	1

Fonte: Categorização realizada com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

O Quadro 2 mostra que os assuntos centrais estudados no âmbito da reforma do Ensino Médio são: Política Pública, com 4 (quatro) publicações; Currículo, Acumulação flexível e Política Pública, cada um com 3 (três) artigos publicados; BNCC e Educação e Trabalho, com 2 (dois) cada; os demais, aparecem com um artigo publicado.

Nessa perspectiva, apresentamos a discussão dos resultados obtidos a partir da análise das temáticas acima mencionadas, expondo os olhares destes pesquisadores diante dos seus objetos de estudo e as conclusões que chegaram diante dos objetivos e dos resultados alcançados através dos seus estudos.

No tocante à categoria intitulada “Política Pública”, os quatro artigos encontrados abordam o contexto em que a reforma foi emergida, enquanto política pública, discutem acerca do cenário de disputas em que ela se apresenta e destacam a importância da educação em uma perspectiva emancipatória para a formação do indivíduo. Além do mais, verificam como as mudanças trazidas por esta política provocaram alterações nos estados e qual a variação que os contextos locais geraram na própria reforma no contexto de sua implementação.

Furtado (2020) analisa que fica evidente a perspectiva regressiva adotada na formulação da reforma e que, nesse contexto de retrocessos, faz-se imprescindível e urgente, portanto, que a sociedade como um todo se organize, assumindo o protagonismo na luta pela manutenção dos direitos conquistados e pelo controle dos rumos da educação dos jovens brasileiros, na busca constante por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Na ótica de Corti (2019), a reforma tornou-se um discurso hegemônico, visando preencher um significativo vazio: a crise do Ensino Médio. Com a emergência do golpe institucional em 2016, houve uma ruptura, possibilitando que uma gama heterogênea de grupos políticos de esquerda, posicionados em campos distintos, se unificassem. Neste novo quadro, foi constituído um bloco de oposição mais coeso e unificado no que tange à reforma do Ensino Médio, no interior do qual há possibilidade de hegemonizar uma posição contrária a essa política.

Ferretti (2018) discute criticamente os interesses políticos e econômicos contemplados, as disputas ideológicas presentes, os objetivos oficiais apresentados, tanto quanto os não expressos, e a estrutura dessa etapa da Educação Básica, conferindo-se especial atenção à flexibilização curricular e à concepção de qualidade da educação em que se baseia. Alerta que há a necessidade, no debate sobre as “políticas educacionais, de apreender o papel do Estado e suas transformações históricas, assim como sua condição numa determinada particularidade histórica e social (aquela em que se situa o fenômeno em foco)” (FERRETTI, 2018, p. 39).

Lotta, Bauer, Jobim e Merchán (2021) buscam compreender através de sua pesquisa como mudanças exógenas são afetadas pelos contextos de implementação que encontram em cada local. A partir da análise da Lei 13.415/2017, verifica como as mudanças federais trazidas por esta política provocaram alterações nos estados e qual a variação que os contextos locais geraram na própria reforma. (LOTTA; BAUER; JOBIM; MERCHÁN, 2021). Para esses autores, os achados da pesquisa contribuem para a literatura de implementação de políticas públicas, de reformas e mudanças na administração pública e de políticas de educação.

Os três artigos que abordam sobre o “Currículo” na perspectiva da Lei 13.415/2017 analisam a respeito da problemática de determinação de ampliação da carga horária e, também, a proposta de inovações para o currículo, sem que tivesse sido feito diagnóstico para essas impactantes alterações, além de compreender as implicações na estrutura curricular posta pela reforma e criticar a flexibilização e o esvaziamento do currículo do Ensino Médio, que podem resultar na corrosão do direito à educação.

Para Hernandes (2020, p. 4), “ampliar progressivamente a carga horária do Ensino Médio para 1.400 horas anuais, transformando essa etapa da Educação Básica em Ensino de tempo integral, é uma norma um tanto quanto genérica”. Esse autor ainda conclui que a ampliação da carga horária e as inovações do currículo, sem política de financiamento para as escolas públicas realizarem essas alterações, sobretudo para contratação, melhor remuneração e melhores condições de trabalho do docente poderão vir a ser fatores que afastem a escola de sua função social (HERNANDES, 2020).

Lima (2020) aponta que os resultados da sua pesquisa evidenciaram um cenário de fragmentação e diminuição do ensino de sociologia no currículo, após a reforma do Ensino Médio, que se articula ao projeto neoliberal dominante na educação brasileira, num cenário ainda inconcluso da implementação do Novo Ensino Médio. Esse autor também enfatiza que ainda há espaços para disputas e é essencial que “os sociólogos tenham elementos para intervir com qualidade nos debates sobre a implementação da reforma, tendo como horizonte a construção de educação que possibilite a formação integral” (LIMA, 2020, p. 152).

Sobre essa temática, Lima e Maciel (2018) observam que à flexibilidade de escolha do currículo preconizada na reforma cabem várias inferências, pois a Lei não garante que o aluno poderá cursar a área que desejar no Ensino Médio, ficando isso a cargo do sistema de ensino. “Portanto, o texto desta primeira política educacional do Governo Temer, antes de expressar preocupação com a juventude, busca atender aos ditames da crise do capital, por meio do esvaziamento do direito à educação” (LIMA; MARCIEL, 2018, p. 21).

Nas discussões a respeito da “acumulação flexível”, os autores criticam a Lei 13.415/2017 e seus impactos para o projeto de educação dos que vivem do trabalho no âmbito do regime de acumulação flexível. Além de demonstrarem sua dimensão reducionista e como atende aos interesses da classe empresarial no contexto do ultraconservadorismo brasileiro. Barbosa (2019) argumenta que a privatização e a mercantilização da educação pública é um dos pilares de sustentação da nova reforma educacional.

Sobre a temática da acumulação flexível, Acácia Kuenzer tem dois artigos publicados que foram identificados nas bases de dados. A respeito da acumulação flexível, Kuenzer (2020) aponta que a reforma em curso responde ao alinhamento da formação ao regime de acumulação flexível. Reitera que, do ponto de vista epistemológico, confronta a concepção de práxis que orientou a elaboração das diretrizes curriculares em 2012, com as dimensões de individualismo, fragmentação, presentismo e pragmatismo presentes nas novas diretrizes. Essa autora ainda analisa, entre outros aspectos, que a organização do currículo indicada na atual reforma, “pela flexibilização que resulta na sua precarização epistemológica, integra-se perfeitamente ao regime de acumulação flexível, pelas novas formas de disciplinamento que fragilizam a relação com o conhecimento” (KUENZER, 2020, p. 64).

Kuenzer (2018) faz uma exposição dos pontos principais da reforma e das críticas que essa política vem sofrendo, analisando sobre dois pontos de vista: o ontológico e o epistemológico. Do ponto de vista ontológico, aponta que a reforma do Ensino Médio responde ao alinhamento da formação ao regime de acumulação flexível. Já do ponto de vista epistemológico, confronta as concepções de conhecimento e aprendizagem da modernidade e da pós-modernidade, através das concepções de protagonismo do aluno e do professor (KUENZER, 2017). Além de alertar para “a crescente invasão das escolas públicas pela lógica mercantil, orquestrada pelos setores empresariais com a anuência do Estado, além das propostas de despolitização das práticas educativas pelos setores mais conservadores da sociedade” (KUENZER, 2017, p. 352).

Em seu estudo, Barbosa (2019) evidencia que o Ensino Médio de Tempo Integral se orienta no sentido contrário à formação numa perspectiva crítica, humana e integral, pois visa tão somente à formação dos jovens da classe trabalhadora demandada pelo atual padrão de acumulação flexível do capital. Além disso, o autor ainda chama a atenção para o fato de que a atual reforma do Ensino Médio se apresenta disfarçada de inovadora, renovadora e libertadora, mas na verdade, “esconde o aprofundamento de um terrível processo de esvaziamento da escola [...] através dos fundamentos da educação como o currículo, a avaliação etc., imperativos de um processo de acumulação flexível do capital” (BARBOSA, 2019, p. 104).

No que se refere à categoria “BNCC”, os estudos apontaram que, por trás de um discurso apresentado como “novo”, as propostas da reforma e da BNCC compõem um velho discurso e reiteram finalidades sufocadas pelas disputas em torno dos sentidos e finalidades que envolvem esta etapa da educação básica nos últimos 20 anos (SILVA, 2018). Além de analisar a relação entre a reforma e a Base Nacional Comum Curricular.

Dentre as conclusões de Silva (2018), evidencia-se que a centralidade conferida à noção de competências no documento recupera o discurso presente nos

textos de políticas curriculares do final da década de 90 e reintroduz os limites já identificados em pesquisas anteriores, dentre eles, o de que tal abordagem mostra-se limitada por seu caráter pragmático e histórico (SILVA, 2018).

Como resultados do estudo, Koepsel e Garcia (2020) apontam que a reforma traz traços reacionários e de acentuação da desigualdade educacional que impactam a formação da juventude e o trabalho desenvolvido pela escola. É um assunto importante a ser analisado por todos os professores que visam ao desenvolvimento da educação média para a formação emancipadora da juventude brasileira, em um trabalho que leve em conta a compreensão do sujeito jovem enquanto ser social.

Nas discussões sobre a categoria “Educação e trabalho”, avaliam o porquê da urgência da reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, tendo em vista os “sujeitos dessa reforma” e o contexto de regressão da regressão teórica e política (MOTTA; FRIGOTTO, 2017). Além de discutir a educação para o trabalho.

O estudo de Motta e Frigotto (2017) trata-se de uma pesquisa documental que adota a chave analítica da teoria social crítica, em especial de Gramsci e de Fernandes, inserida nos debates sobre trabalho-educação. Estes autores chegam à conclusão que tal “urgência” tem como pano de fundo a administração da “questão social”, negando os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar o funcionamento do mundo das coisas e da sociedade humana (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Oliveira (2017) verifica as relações que envolvem a economia local de um município do estado de São Paulo e a constituição dos cursos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no sentido de compreender como a educação para o trabalho se articula com agentes econômicos locais e com a reforma do Ensino Médio. Os resultados apontaram para a ocorrência de um arranjo produtivo local e uma articulação entre as opções de formação em cursos de nível médio integrado e as premissas de fortalecimento da aglomeração produtiva regional (OLIVEIRA, 2017).

O Estudo de Silva, Moura e Souza (2018), que se enquadra na categoria Educação Profissional, visa compreender o sentido, o papel do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e as contradições que se apresentam com a implementação e as transformações no decorrer da sua trajetória. No que diz respeito ao campo de estudo, situam o Pronatec nas políticas públicas, particularmente na política de educação profissional. O estudo revela que, no atual momento, o Pronatec encontra-se aliado à reforma do Ensino Médio e em coerência com as políticas de educação profissional a nível mundial. Portanto, evidenciam uma maior consolidação da dualidade estrutural da educação (SILVA; MOURA; SOUZA, 2018).

No tocante à categoria “Formação Continuada de Professores”, os resultados do estudo de Morescho e Delizoicov (2018) indicam a significância da formação, que contribuiu para o reconhecimento do estudante do Ensino Médio enquanto sujeito. Além de revelar o temor do aumento da desvalorização e precarização da docência com a reforma do Ensino Médio.

Concernente à categoria “Ensino Médio Integrado”, Ferretti e Silva (2019) refletem sobre os processos que circunscrevem embates e disputas em torno das



finalidades e formas de organização do Ensino Médio com vistas a apontar perspectivas de resistência em face dos retrocessos anunciados pela Lei 13.415/2017 (FERRETTI; SILVA, 2019). Esses autores defendem, apoiados em Gramsci, que, aliado à crítica rigorosa a esse movimento, outras formas de ação mostram-se necessárias, dentre elas a (re)afirmação de uma proposta contra hegemônica, qual seja, a do Ensino Médio Integrado (FERRETTI; SILVA, 2019).

E como última categoria, o “Ciberespaço” é problematizado por Nazário, Santos e Neto (2021), que verificam os modos como a reforma do Ensino Médio tem sido abordada nas redes sociais com maior número de usuários no Brasil. Realizaram uma netnografia nas interfaces das redes sociais Twitter, Facebook, Instagram e YouTube, utilizando como fontes as narrativas escritas, imagéticas e audiovisuais veiculadas por atores sociais que discutiram sobre a MP nº 746 nesses lugares *online*. Os resultados desse estudo sinalizam para uma disputa de narrativas e contranarrativas sociopolíticas entre direita e esquerda, demarcadas pelos próprios sujeitos, que se reverberam sobre o equacionamento dos impactos que essa reforma provocará no cotidiano dessa etapa da educação básica (NAZÁRIO; SANTOS; NETO, 2021).

Com a análise dos artigos sobre a reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, podemos aferir que, maioritariamente, abordam as visões sobre essa política pública, questionam como serão viabilizadas as medidas para que se efetivem as mudanças previstas especialmente as de caráter curricular, além de criticarem diversos aspectos contidos na referida Lei que provocam impactos negativos na formação do estudante do Ensino Médio Brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs realizar uma análise bibliográfica do tipo estado do conhecimento da produção científica brasileira sobre a atual reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, com o objetivo de apresentar o que pesquisadores da área educacional estão publicando sobre a referida Lei, quais as críticas debatidas, quais as temáticas mais evidenciadas, que conceitos são elucidados, quais as questões levantadas diante das implicações e complexidades impostas pela atual reforma.

Após a categorização das produções, observamos que as temáticas mais debatidas problematizavam a respeito da política pública, currículo, acumulação flexível, Base Nacional Comum Curricular, educação e trabalho, educação profissional, formação de professores, Ensino Médio Integrado e ciberespaço.

Os resultados desse estudo revelaram a preocupação dos autores em discutir no campo científico questões relacionadas ao Novo Ensino Médio brasileiro numa perspectiva de questionar sobre sua efetividade e o que a reforma propõe diante de tantos problemas que essa etapa da Educação Básica do país enfrenta há tantos anos, além de criticar os interesses políticos e econômicos contemplados nessa política pública e as disputas ideológicas presentes na Lei 13.415/2017.

Isso nos permite refletir que não é apenas reformulando o currículo ou implementando a política de tempo integral que vai se resolver da má qualidade do Ensino Médio no Brasil. É preciso pensar em investimentos, em valorização dos profissionais docentes e em meios de romper a dualidade estrutural da educação.

É importante ressaltar que as pesquisas do tipo estado do conhecimento não exauram as possibilidades de novas análises sobre a temática proposta e os campos científicos estudados. Elas apresentam alguns recortes determinados pelo pesquisador de acordo com o objetivo da pesquisa. Dessa forma, esperamos que este estudo auxilie na realização de outras pesquisas sobre a temática em questão, possibilitando novos conhecimentos e novas interpretações para preencher possíveis lacunas existentes.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019.

BARBOSA, Carlos Soares. O novo ensino médio de tempo integral: reducionismo, Privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ)**, V. 8, Nº 19, set-dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46449/31708>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3º reimp. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República. [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em: [https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/mp\\_746\\_2016\\_ensino\\_medio\\_integral.pdf](https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/mp_746_2016_ensino_medio_integral.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021

CAPES, *Site Institucional*. 2021. Página Inicial. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do ensino médio de 2017. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/sg3HGWqjwdRD5sk5v3Kc5sb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 mai. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Dossiê Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0224639, 2019.

FERNANDES, Christiane Caetano Martins; D'ÁVILA, Jorge Luis. O Estado do Conhecimento sobre a prática da pesquisa como instrumento pedagógico na educação básica: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.21/22, n.42/44 p.181-201, 2015/2016.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados** v. 32 nº 93, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2021.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da Reforma do Ensino Médio. **Trabalho Necessário**, v. 17, nº32, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28305/16437>. Acesso em: 26 mai. 2021.

FURTADO, Jose Henrique de Lacerda. A reforma do ensino médio em questão: Entre falácias e desafios. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ)**, V. 9, Nº 21, mai-ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46344/34442>. Acesso em: 24 mai. 2021.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan-jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em 30 mai. 2021.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio: aval. pol. púb. Educ.**, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2266>. Acesso em 25 mai. 2021.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC E DCNEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, V. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WzZ7F8ztWTshJbyS9gFdddn/?lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25(1), p. 57-66, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do Regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Disponível em: 25 mai. 2021.

LIMA, Marcel; MACIEL, Samanta Lopes. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ypLL3PnTmLQkFfr97q4s3Rf/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LIMA, Rodrigo da Costa. Sociologia Pública e o ensino de sociologia: reflexões sobre o contexto pós-reforma do ensino médio. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, v. 3, p. 143-155, 2020. Disponível em: <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/66/47>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LOTTA, Gabriela Spanghero; BAUER, Marcela, JOBIM, Rita; MERCHÁN, Catherine Rojas. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 395-413, mar-abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MORESCHO, Sandra Maria Zardo; DELIZOICOV, Nadir Castilho. A formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio na Gerência Regional de Educação de Chapecó, SC. Roteiro, Joaçaba, Edição Especial, p. 345-376, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16464/pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116 jan. - abr. 2015.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa, Estado do Conhecimento: Conceitos finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 154-164, jul-dez. 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDtk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade; FILHO, Penildon Silva. A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo. *In: Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo; SANTOS, Wagner dos; NETO, Amarílio Ferreira. Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/f4YfWbXHMP8bp6yCNLgf8by/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

OLIVEIRA, Caique Diogo de. A reforma do Ensino Médio como Submissão dos Arranjos Produtivos Locais: Uma perspectiva a partir do IFSP de São Roque. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 14, nº 3, p. 44-52, jul/set. 2017. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2122/2010>. Acesso em: 26 mai. 2021.

PINHEIRO, Elaine Vieira. **Ensino Médio Integrado a Educação Profissional: Impasses, Desafios e Perspectivas**. 2017, 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SANTOS, Shilton Roque dos; AZEVEDO, Márcio Adriano. A contrarreforma do Ensino Médio e os Rumos da Educação Profissional no Brasil. **Revista Labor**, Fortaleza/CE, nº 20, v. 01, p. 78-95, jul-dez. 2018.

SILVA, Danilma Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de Souza. A trajetória do Pronatec e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 16, nº 30/2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10092/7023>. Acesso em: 24 mai. 2021.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2021.

SCIELO, Site Institucional. 2021. Página Inicial. Disponível em: <https://www.scielo.org>. Acesso em: 24 mai. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.